

UMA NOTA SOBRE A TEORIA DO IMPERIALISMO (1902-1916)

A passagem do século XIX para o século XX antecipou muito do que seria a centúria subsequente. O ataque estadunidense contra a combalida Espanha, em busca das suas remanescentes colônias, a guerra dos ingleses contra os descendentes dos colonizadores holandeses no sul da África e a guerra dos mesmos ingleses contra a rebelião popular na China conduzida pela sociedade secreta dos Punhos Harmoniosos, não só indicaram que o futuro estaria povoado por guerras e revoluções, mas colocaram o problema da compreensão teórica dos fundamentos do novo tempo, assim como da prática política que demandava. Precisavam ser enfrentados os problemas da guerra e da paz, da democracia e da revolução, num contexto internacional de agravadas tensões. A palavra imperialismo veio a sintetizar o desafio teórico político para a compreensão da época que se iniciava. Consensual era a assertiva de que o nacionalismo se transformara na ideologia do imperialismo.

Para além das fórmulas apologéticas, foram duas as principais vertentes de interpretação crítica do imperialismo que se formaram do início do século até a metade da I Guerra Mundial: a reformista e a revolucionária. A formulação crítica reformista tende a observar a política imperialista como um desvio ou uma deformação temporária do processo civilizatório capitalista, que deveria ser corrigido, até para que se preservasse o potencial democrático, supostamente contido na ordem burguesa. A leitura reformista do imperialismo está vinculada ao debate iniciado na Alemanha, no seio do movimento socialista, em torno das idéias de Bernstein sobre a necessidade de revisão da teoria socialista marxiana por conta das importantes novidades trazidas pelo desenvolvimento capitalista recente. Sabe-se que Bernstein fora bastante influenciado pelo social-reformismo fabiano da Inglaterra (vertente urdida no seio do protestantismo).

Foi precisamente na Inglaterra, em 1902, que surgiu uma primeira obra marcante sobre o problema do imperialismo, escrita por John A. Hobson. O seu livro *Imperialismo: um estudo* tinha por objetivo criticar as guerras imperialistas travadas pela Inglaterra na África do Sul e na China. Para Hobson, o imperialismo é um desvio que surge das condições da luta por territórios e mercados para a produção excedente de mercadorias nos

países industrializados. Mas a raiz do problema e a sua solução podem ser localizadas na própria Inglaterra. O precário poder de consumo das classes trabalhadoras e médias explicariam o excedente de mercadorias, enquanto a concentração de riqueza sem conseqüente capacidade de consumo geraria não só o rentismo como a especulação nos territórios coloniais sob a guarida do governo. O resultado é a formação de uma camada social de parasitas que vive da aventura imperialista e da exploração do trabalho dos povos colonizados.

Na concepção de Hobson, essa situação era indesejável e poderia ser corrigida por uma ampla reforma no mercado interno inglês. A ampliação da capacidade de consumo deveria ser feita às expensas do capital rentista e especulativo (precisamente aquele que se beneficiava do imperialismo), com distribuição de renda e aumento da massa salarial. O crescimento das forças produtivas seria sempre acompanhada pela ampliada e equilibrada capacidade de consumo, de tal modo que até mesmo o mercado externo teria a sua importância drasticamente minorada. Assim, a expansão colonialista poderia adquirir o seu caráter benévolo e civilizador, eventualmente sob um governo conjunto dos Estados do Ocidente liberal. A formulação de Hobson pode ser considerada como sendo precursora da obra de Keynes.

Algum tempo depois, em 1910, sempre com o intuito de identificar as mudanças no processo capitalista, o austríaco Rudolf Hilferding lançou o seu livro *O capital financeiro*. Hilferding percebia na formação e afirmação dos cartéis e dos trustes a particularidade do capitalismo do início do século XX, que tendiam a monopolizar o mercado. Crucial seria o papel dos bancos – também eles em processo de crescimento e fusão – na constituição das grandes empresas monopólicas. A virtual fusão do capital industrial em processo de concentração e centralização com o capital bancário constituíam o capital financeiro. A implicação desse processo seria a diminuição da concorrência no mercado interno e o aumento de preços, além da introdução de importantes elementos de planejamento empresarial.

Nessa situação, a concorrência se projeta para o mercado mundial, com a necessidade de se exportar o capital excedente, que busca sempre novos mercados e força de trabalho barata, além de fontes de recursos naturais. A concorrência no mercado mundial demanda o apoio e a presença constante do Estado junto ao capital, de modo que se

estreitam as relações entre Estado e burguesia. Junto com os elementos de planejamento empresarial, os vínculos entre Estado e burguesia apontam para a constituição de um capitalismo organizado. Dessa capacidade organizativa e racionalizadora do capitalismo, Hilferding deduzia que a guerra seria contornável e que o conteúdo da revolução seria a passagem do capitalismo organizado (pelo capital financeiro) ao poder operário, enfatizando os aspectos de planejamento presentes na economia e no Estado. Assim, do capitalismo organizado e imperialista, Hilferding deduz um socialismo de Estado (não imperialista?).

Karl Kautski pertencia à mesma corrente centrista que Hilferding no seio do movimento socialista do início do século XX. Escreveu diversos artigos na primeira metade dos anos 10, quando teve oportunidade de expor a sua concepção do problema do imperialismo. Também para ele a guerra e o imperialismo representavam um desvio no processo civilizatório conduzido pelo capitalismo (e pela burguesia) e que poderia ser contornado dentro da ordem burguesa.

A guerra e o imperialismo seriam do interesse das camadas agrárias parasitárias e de setores burgueses a elas vinculados. Para a maior parte da burguesia, a guerra seria uma forma de conflito desnecessária, indesejável ou passageira, já que o seu interesse fundamental é a expansão do mercado mundial de forma pacífica. A concorrência entre os monopólios capitalistas poderia levar a difusão da democracia e da civilização por meio do mercado e ao fim. Mas, sendo inexorável o processo de concentração e centralização, a tendência seria de apenas alguns supermonopólios agirem num mercado mundial unificado por um ultra-imperialismo também unificado, que prepararia a passagem para o socialismo.

A implicação política da teoria reformista é a possibilidade, ou mesmo necessidade, de aliança com parcelas da burguesia que supostamente se opunham à guerra e ao imperialismo. Quando a guerra européia eclodiu em 1914, a postura política dessa vertente teórico-política não poderia ser outra que o pacifismo. Tratava-se de aguardar a passagem da tempestade da guerra para que fosse retomado o curso normal da evolução do capitalismo. É importante notar como essa tese de Kautski voltou à tona nos últimos anos (sem que seja reconhecido o formulador original da idéia).

Quando a vertente centrista “ortodoxa” do SPD compôs uma nova maioria com as tendências mais à direita (e que nada tinham em comum com a cultura marxista), uma nova

esquerda teve origem no movimento socialista alemão. Logo em seguida, na Rússia, a vertente bolchevique tomou a decisão de promover a cisão teórica e orgânica como reformismo menchevique. Ainda que minoritária, as esquerdas conseguiram fazer passar uma declaração do movimento socialista internacional contra a guerra que se aproximava, ameaçando a burguesia com a revolução. O problema do imperialismo ganhava uma forte premência nesse contexto, ainda mais acentuado com o espcar da guerra.

Em 1913, Rosa Luxemburg, expoente da nova esquerda, no seu livro *A acumulação do capital*, discutiu o tema do imperialismo a partir da tentativa de resolver o problema da reprodução ampliada do capital, que não estaria suficientemente explicitado no segundo livro d'*O capital*, de Marx. O argumento de Rosa se desenvolve com a constatação de que a reprodução ampliada ocorre a partir da extração do valor-trabalho na fábrica, na mina e na empresa agrícola, o que conforma o proletariado industrial das economias capitalistas. No entanto, decisivo é também o valor adquirido por meio da incorporação de espaços naturais e sociais pré-capitalistas. Essas seriam as zonas agrícolas de economia camponesa e artesanal, sobreviventes da época feudal, a comuna oriental camponesa, que ainda sobrevivia na Rússia e, principalmente, a ampla zona colonial do mundo.

Como Rosa destina pouca importância para o problema da exportação de capitais, no seu argumento o imperialismo passa a ser encarado como um movimento intrínseco à acumulação do capital. O colonialismo é sempre visto como agressão e saque dos povos subjugados e o imperialismo considerado expressão política da acumulação do capital na sua luta pelos resíduos de ambientes não-capitalistas ainda não submetidos à lógica do mercado.

A concorrência interimperialista levaria ao estreitamento dos vínculos entre o Estado e os interesses capitalistas, à militarização e à guerra. O esgotamento do espaço não-capitalista de expansão para a acumulação do capital levaria à estagnação econômica e ao aumento da exploração dos trabalhadores. Assim que a guerra imperialista e a estagnação econômica criariam as condições para a necessária revolução socialista.

Nikolai Bukhárin, que estivera muito próximo das posições políticas da nova esquerda e de Rosa, em 1915, no seu livro *O imperialismo e a economia mundial*, procede a uma importante crítica ao trabalho de Rosa, centrada nas observações de que o imperialismo seria de fato caracterizado pela existência dos monopólios e pela exportação

de capitais, constituindo assim uma fase determinada do processo de acumulação capitalista. Outro ponto importante de divergência se encontrava na possibilidade ou não do capitalismo continuar se desenvolvendo após conquistar todo o planeta e constituir um sistema fechado global. Enquanto Rosa tendia para uma interpretação estagnacionista, Bukhárin entendia que o capitalismo poderia continuar se desenvolvendo de forma mais organizada. A influência da obra de Hilferding sobre a elaboração de Bukhárin é notável, ainda que as conseqüências políticas sejam bastante diferentes.

O enfoque de Bukhárin parte do problema da existência de uma economia mundial, cuja origem estaria no desenvolvimento e internacionalização das forças produtivas. Mas essa economia mundial, longe de ser homogênea, promovia uma divisão em dois tipos de países: os imperialistas e a grande gama de países colonizados, configurando uma divisão internacional do trabalho. Essa era também uma divisão social do trabalho, pois que a zona colonial constituía o amplo campo do mundo. Bukhárin sugere então a importância que o campesinato viria a assumir no processo revolucionário na Rússia e na zona colonial.

Os Estados imperialistas que dominavam a economia mundial assistiam no seu interior a uma significativa diminuição do conflito intracapitais e da anarquia do mercado por conta da formação dos monopólios, ao mesmo tempo em que ampliavam a sua intervenção na economia e os vínculos com os interesses capitalistas. Haveria assim uma tendência a se formar um capitalismo organizado capaz de ampliar o seu domínio e capacidade de exploração sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o Estado imperialista teria capacidade de angariar apoio de parte da classe operária, submetida à ideologia nacionalista e reformista.

A disputa entre os Estados imperialistas pelo controle da economia mundial para os seus monopólios ocorria pela exportação de capitais e pela conquista territorial, visando o controle das fontes de matéria-prima. O predomínio dentro do Estado imperialista e na sua política externa, faz com que se possa definir o imperialismo como sendo precisamente a política do capital financeiro. Mas essa política contempla em si a tendência à militarização dos Estados e a guerra imperialista.

O livro de Bukhárin nem havia sido publicado quando, na primavera de 1916, com a guerra imperialista em pelo andamento, Vladimir Lênin, coligindo e sintetizando todo o debate precedente, redigiu o seu *Imperialismo, fase suprema do capitalismo*. Lênin absorve

e reordena muito das contribuições de Hobson e de Hilferding, praticamente ignora Bukhárin, mas isso é apenas uma impressão falsa, pois a pesquisa de Bukhárin fora feita sob o estímulo e acompanhamento de Lênin. Rosa havia sido criticada por Bukhárin e pelo próprio Lênin em outra ocasião. O alvo da verve polêmica de Lênin é mesmo Kautski e a tese do ultra-imperialismo, assim como a sua subjacente posição política “pacifista”.

O objetivo de Lênin é o de deslindar os fundamentos econômico-sociais do imperialismo e enunciar a sua particularidade histórica. Importante então é enunciar desde logo que o imperialismo é uma fase histórica particular do desenvolvimento do capitalismo, cujo início poderia ser localizado em torno de 1880. Teria havido muitas formas de imperialismo na história, mas esse era um imperialismo particular, um imperialismo capitalista. Antes de tudo é preciso notar que a fase imperialista preserva o conteúdo essencial do capitalismo, mas eleva as suas contradições a um novo e mais elevado patamar, gerando violência e guerra.

A tendência histórica do capitalismo é a de concentrar e centralizar o capital e a força de trabalho, do que se origina a grande indústria. A concorrência intercapitalista possibilita o surgimento da grande indústria ao concentrar e centralizar capitais. Paralelamente à concentração e centralização do capital industrial ocorre também a concentração do capital dinheiro. Em busca da multiplicação do seu capital, os bancos investem na indústria e iniciam um processo de fusão do capital bancário com o capital industrial, do que se origina o capital financeiro. Com esse acúmulo de capital centralizado é possível implantar a grande indústria e a monopolizar a produção num determinado ramo ao mesmo tempo em que ocorre uma sensível concentração da força de trabalho. Os cartéis e os trustes são as principais formas pela qual se expressa o capitalismo de monopólios.

No entanto, a acumulação do capital e a concentração da riqueza social são ainda maiores do que a concentração da produção e da força de trabalho. Se a rentabilidade do capital supera a produtividade do trabalho, isso significa que há um capital que se multiplica por si só, por meio da especulação financeira: é o chamado capital rentista, cuja tendência é de aumento, na medida em que o capital constante se avoluma sobre o capital variável.

O capital financeiro, além de criar um setor monopolista no mercado interno, volta-se para o crescimento da indústria bélica, o que implica uma relação muito estreita com o

aparelho do Estado burguês, que se militariza. O Estado militarista serve para ampliar a acumulação do capital no mercado interno e para defender os interesses do capital financeiro no mercado internacional na sua concorrência com o capital financeiro de outras nacionalidades, todos interessados em processar a exportação de capitais sob a forma de capital-dinheiro, de técnicas de produção ou meios de transporte de mercadorias. A concorrência interimperialista e a militarização do Estado burguês fazem com que a guerra seja inevitável.

A fase imperialista do capitalismo gera uma diferenciação nas classes fundamentais. O surgimento da fração financeira do capital dá vida a uma oligarquia financeira, que se diferencia a partir do conjunto da burguesia. A dominância da fração financeira contribui decididamente para a transformação do Estado, que assume a sua feição agressiva e militarista.

Por outro lado, a fase imperialista e a dominância do capital financeiro promovem também uma importante diferenciação no seio da classe operária. As taxas de expansão do capital conseguidas com a especulação financeira e com o saque imperialista permitem que a burguesia consiga ampliar a sua margem de consenso por dentro do próprio movimento operário. Aquela fração dos trabalhadores que está mais concentrada e melhor organizada no sindicalismo consegue melhoras efetivas nas suas condições de vida e de salário, até se aproximar do padrão de vida e ideologia da pequena-burguesia, mas assim se submete aos interesses do capital financeiro a ponto de apoiar decididamente a guerra imperialista. Organizada no sindicato e no partido, a “aristocracia operária” se faz portadora da ideologia da colaboração de classes, defendendo o reformismo social.

Com isso, a massa proletária fica inteiramente a mercê dos desígnios do imperialismo capitalista, tanto quanto os povos submetidos pelo colonialismo. A conclusão do estudo de Lênin é que a luta contra o imperialismo capitalista se vincula com a luta contra o reformismo. O proletariado deveria proceder à cisão imediata com o reformismo e construir, o quanto antes, novas organizações políticas revolucionárias que fizessem da guerra interimperialista uma guerra civil revolucionária. De um lado estaria o conjunto das frações burguesas, a pequena burguesia e a “aristocracia operária”, enquanto que de outro estaria a grande massa proletária, os semiproletários e o campesinato pobre em busca da revolução socialista, aos quais se somaria a rebelião dos povos da zona colonial.

As duas vertentes principais de interpretação do imperialismo se distinguiam em alguns pontos essenciais. O social-reformismo entendia o imperialismo como desvio e como eventual fase de adaptação dentro de um mais largo processo civilizatório conduzido pela burguesia. A guerra e o imperialismo não seriam assim indelevelmente conectados. Há um reconhecimento tácito da hegemonia burguesa. Nessa perspectiva o próprio colonialismo poderia desempenhar um papel civilizatório, tratando-se apenas de aplicar a política correta.

Para a vertente marxista revolucionária o imperialismo pode ser intrínseco ao próprio capitalismo ou ser visto como uma fase de desenvolvimento do capitalismo. As diferenças de análise nesse campo, entre Rosa e Lênin, tiveram também implicações na tática política. Para Rosa, a fase expansiva e relativamente pacífica do capitalismo, assim como a legalidade burguesa, havia persuadido uma grande parcela da classe operária das teses da burguesia e do social-reformismo. A guerra imperialista e a tendência à estagnação econômica criariam as condições para que a classe operária se deslocasse pra o campo da revolução socialista. A questão principal estava então em soldar a unidade operária dentro do campo da revolução, mas esse processo seria mais fácil, de início, naquelas regiões de maior fricção entre o capitalismo imperialista e as zonas de recente reprodução ampliada do capital, como era o caso da Rússia. Na Alemanha deveria ser travada ainda uma batalha político-ideo9logica pra a conquista da maioria da classe operária.

Na leitura de Lênin a fase imperialista do capitalismo havia provocado uma cisão social na classe operária, gerando uma camada social e ideologicamente diferenciada, que se identificava no social-reformismo. Essa situação demandava uma urgente e radical ruptura teórica e orgânica com o reformismo, a fim de lutar contra a guerra e o imperialismo por meio de uma tática revolucionária.

A inominável barbárie da guerra e a eclosão da revolução socialista internacional na Rússia, seguido da difusão pela Europa centro-oriental pareceu dar toda a razão à interpretação (ou interpretações) do imperialismo feito no campo do marxismo revolucionário. A derrota da revolução e a ofensiva capitalista deram novo fôlego a teoria reformista, com destaque para a tese do capitalismo organizado, que continuou a ser desenvolvida por Hilferding. O chamado capitalismo organizado conseguiu deter o rentismo e a política econômico-social de inspiração keynesista preservou a classe operária

no campo reformista. Essa vertente continuou defendendo a necessidade do colonialismo adquirir uma faceta humanista ou então a “descolonização”, enquanto a derrota do movimento operário revolucionário nos centros imperialistas deslocou a luta antiimperialista para a zona colonial, para o campo do mundo, tendo havido uma mediação ou mesmo um divórcio entre antiimperialismo e anticapitalismo. Parecia que a teoria do imperialismo, tal como formulada no debate do início do século estava se esvaindo.

As mudanças no desenvolvimento capitalista nos últimos 25-30 anos, análogas às daquelas do fim do século XIX, no entanto, trouxeram à baila muitas dessas questões. Ocorre uma nova racionalização do processo produtivo com incorporação de ciência e tecnologia, assim como há uma forte tendência a financeirização da acumulação do capital. A questão que se coloca inicialmente é se nos encontramos numa nova fase do capitalismo ou dentro de uma subfase dentro do imperialismo capitalista.

Particularmente depois da desintegração do socialismo de Estado na URSS e na Europa oriental apareceram aqueles que entendiam que uma época de paz e democracia se aproximava e que a concorrência entre grandes corporações na economia mundializada seria a regra. A luta seria agora pela preservação ambiental e pelos direitos humanos. Poucos reconheceram a paternidade de Kautski na descrição desse possível ultra-imperialismo gerenciado pelos Estados Unidos. A prevalência dos supermonopólios e a aparente improbabilidade da guerra entre as potências imperialistas, enfim harmonizadas na tríade, sugerem que Kautski teria muita razão.

Mas a duradoura e persistente crise de acumulação do capital, a ofensiva contra os trabalhadores, a financeirização e a guerra generalizada e intermitente parece apontar elementos muito sérios de razão para a clássica interpretação marxista revolucionária do imperialismo. A estagnação e a militarização dentro de uma economia capitalista inteiramente mundializada, apenas com irrelevantes resquícios pré-capitalistas, não indicariam alguma atualidade para as formulações de Rosa Luxemburg, assim como os conflitos estarem mais presentes nas áreas de mais recente difusão capitalista? O avassalador controle e exploração das grandes corporações sobre os trabalhadores não indicariam que o cenário de horror imaginado por Bukhárin está no nosso presente?

O ponto de maior polêmica encontra-se na leitura da tendência internacional da mundialização imperialista. Há aqueles que entendem haver uma tendência unipolar, tanto

em relação à centralização do capital quanto ao poder político imperial militar, como há outros que pensam um imperialismo maduro multipolar, com a ascensão da China, Índia, Brasil, além da consolidação da União Européia e o renascimento da Rússia. Nesse caso a tese de Lênin de um quase certo conflito entre potências imperialistas estaria em plena vigência, mas a primeira hipótese seria um desmentido do escrito leniniano clássico. Ocorre, porém, que em prevalecendo a tendência unipolar é a guerra colonial que fundamentalmente deve se manifestar, ainda que não se descarte a guerra contra eventuais pólos de poder mundial que se postem em oposição ao império global.

Marcos Del Roio
Prof. de Ciências Políticas
UNESP-FFC / Marília